



Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006

Regulamenta o art. 60 do Ato das
Disposições Constitucionais Transitó-
rias e dá outras providências

EMENDA Nº 001, de 2007
do Sr. João Oliveira

Art. 1º Os incisos do art. 10 passam a vigorar com a seguinte redação:

- I – creche;**
- II – pré-escola;**
- III – pré-escola rural;**
- IV – séries iniciais do ensino fundamental urbano;**
- V – séries iniciais do ensino fundamental rural;**
- VI – séries finais do ensino fundamental urbano;**
- VII – séries finais do ensino fundamental rural;**
- VIII – ensino médio urbano;**
- IX – ensino médio rural;**
- X – ensino médio integrado à educação profissional;**
- XI – educação especial;**
- XII – educação indígena e quilombola pré-escola e 1ª a 5ª;**
- XIII – educação indígena e quilombola 6ª a 9ª e ensino médio;**
- XIV – educação de jovens e adultos com avaliação no processo.”**

Art. 2º O art. 11 e o inciso II do art. 13 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. A apropriação dos recursos, nos termos do art. 60, inciso III, alínea "c", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observará, em cada Estado e no Distrito Federal, o percentual máximo de dez por cento pela educação de jovens e adultos e cinco por cento pela creche dos respectivos Fundos."

"Art. 13





II - fixar anualmente o limite proporcional de apropriação de recursos pela educação de jovens e adultos e creche observado o disposto no art. 11."

Art. 3º A Junta de Acompanhamento dos fundos instituída por esta Medida Provisória passa a ser denominada Comissão de Acompanhamento.

Art. 4º Os incisos II e III do caput do art. 12 passam a vigorar com a seguinte redação:

"II – um representante dos órgãos estaduais de educação de cada uma das cinco grandes regiões do IBGE, escolhidos por seus pares no âmbito do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – CONSED;"

"III – um representante dos órgãos municipais de educação de cada uma das cinco grandes regiões do IBGE, escolhidos por seus pares no âmbito da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME."

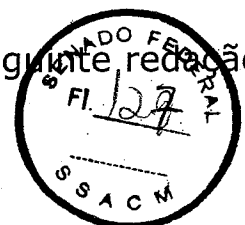
Art. 5º O art. 17 passa a vigorar acrescido dos §§ 6º, 7º e 8º:

"§ 6º Os recursos dos Fundos provenientes da parcela do imposto referido no inciso I do art. 3º desta Medida Provisória serão creditados pelos Governos estaduais e do Distrito Federal na conta específica a que se refere o caput do art. 16, observados os mesmos prazos adotados na repartição do tributo."

"§ 7º Os recursos dos Fundos provenientes da parcela do imposto referido no inciso III do art. 3º desta Medida Provisória, serão creditados pelos Governos estaduais e do Distrito Federal na conta específica a que se refere o caput do art. 16, até o décimo dia útil do mês imediatamente posterior ao da arrecadação."

"§ 8º As contas bancárias de movimentação dos recursos do FUNDEB serão geridas pelo Secretário de Educação ou por dirigente de educação equivalente, conforme o caso."

Art. 6º O inciso III do art. 23 passa a vigorar com a seguinte redação:





"III – no pagamento de inativos e pensionistas, ainda que egressos do grupo dos profissionais da educação".

Art. 7º Esta Medida Provisória passa a vigorar acrescida do seguinte art. 36-A:

"Art. 36-A. Para o cumprimento do disposto no inciso III do artigo 23 desta Medida Provisória, os entes da Federação que utilizaram recursos do FUNDEF no pagamento de inativos e pensionistas, até o exercício de 2006, deixarão de utilizar recursos do FUNDEB nessa mesma finalidade, no período compreendido entre 2008 e 2011, à razão de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano."

Art. 8º O *caput* do art. 42 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42. O caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Para os fins previstos nas Leis nºs 9.496, de 1997, e 8.727, de 5 de novembro de 1993, na Medida Provisória nº 2.118-26, de 27 de dezembro de 2000, e no artigo anterior, o cálculo da RLR excluirá a totalidade de recursos aportados aos fundos instituídos pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006".

JUSTIFICAÇÃO

Instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19-12-2006, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB está sendo regulamentado por meio da Medida Provisória nº 339, de 28-12-2006. Judiciosamente elaborada pelo Ministério da Educação com o apoio das entidades vinculadas ao setor, a MP nº 339 encontra-se em apreciação neste Congresso Nacional. Acreditamos que a norma em questão pode e merece ser aperfeiçoada em alguns de seus dispositivos e esse é exatamente o objetivo desta Emenda.

A repartição dos recursos em cada fundo considerará o número de alunos das redes do Estado e dos Municípios, computados por etapas, modalidades e tipos





de estabelecimento de ensino da educação básica, devidamente ponderadas por fatores de diferenciação. Como não é viável observar concretamente as diferenças de custos existentes entre esses níveis, os pesos contribuirão para tornar mais justa a distribuição dos recursos. Aos incisos do art. 10, propõem-se exclusões e inclusões com o objetivo de aperfeiçoar o conjunto de diferenciações e atender segmentos importantes que passam a ser beneficiados com a adoção de pesos diferenciados, como é o caso, por exemplo, da pré-escola rural e da educação indígena e quilombola.

Importante mecanismo de financiamento da educação básica, o FUNDEB não deve contribuir para que se descuide das maiores prioridades da educação brasileira que são, em primeiro lugar, o ensino fundamental, e, em segundo lugar, o ensino médio. Como o fundo opera na sistemática de vasos comunicantes, é necessário garantir que os níveis prioritários não sofram desfinanciamento, perdendo recursos para outros níveis ou etapas. O limite estabelecido pela Medida Provisória para a transferência de recursos para educação de jovens e adultos é da ordem de 10% do recurso total do fundo respectivo. Esse percentual não foi aleatoriamente escolhido já que, de acordo com o Censo Escolar de 2006, o número total de alunos de EJA nos sistemas estaduais e municipais corresponde a 10% do número total de alunos da educação básica oferecida por Estados e Municípios.

Na proposta de nova redação ao art. 11, limita-se em cinco por cento o montante de recursos que cada fundo destinará ao financiamento da etapa creche da educação infantil. Tal cifra permitirá o aumento superior a 100% das matrículas em creche, atualmente por volta de milhão de alunos. Não é ocioso lembrar que os impostos municipais não estão comprometidos com o FUNDEB, mas devem respeitar a vinculação de 25% para a educação, havendo aí, certamente, uma importante fonte de recursos para a educação infantil. Nesse sentido, mesmo com a limitação aqui proposta, o atendimento ao segmento creche não será afetado.

Duas alterações propõem-se aqui ao art. 13 e aos demais dispositivos que tratam da Junta de Acompanhamento dos fundos. Em primeiro lugar, acredita-se que o termo Junta não é apropriado para o organismo em questão, sendo melhor denominá-lo Comissão de Acompanhamento. A segunda alteração, de alcance muito maior, amplia a composição da Comissão, com representantes, no caso dos órgãos estaduais e municipais, de cada uma das grandes regiões do IBGE. Constituída de maneira bem mais representativa, a Comissão poderá, assim, conhecer e avaliar melhor as realidades de um país complexo e diferenciado e decidir com maior conhecimento de causa.





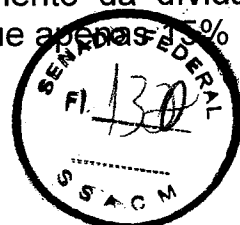
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal JOÃO OLIVEIRA

A presente emenda propõe, também, acrescentar três novos parágrafos ao art. 17. Os dois primeiros – §§ 6º e 7º – suprem a MP que deixou de estabelecer prazos para os Estados creditarem aos fundos os recursos dos impostos sobre a propriedade de veículos automotores e sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos. Para as demais fontes constituidoras dos fundos, estão estabelecidas regras relativas a prazos, não se justificando a ausência agora suprida por meio desta emenda.

O § 8º aqui proposto estabelece que as contas bancárias de movimentação dos recursos do FUNDEB serão geridas pelo Secretário de Educação ou por dirigente de educação equivalente, conforme o caso. Na apreciação de versões anteriores do anteprojeto de lei de regulamentação do FUNDEB ficou evidente a necessidade de precisar de maneira clara o papel dos sistemas de educação na gestão do fundo. Acredita-se que encarregar o secretário ou o dirigente da educação equivalente da movimentação das contas bancárias de movimentação do FUNDEB é a melhor maneira de explicitar o papel de liderança que cabe ao dirigente da educação.

Nos segmentos da administração pública em que há a vinculação legal de recursos, há sempre a necessidade de definir quais são as despesas admitidas. Não estabelecer claramente quais são essas despesas significa risco de perda de recursos. Na educação, este é um debate antigo e sempre oportuno. Devido a falta de clareza do dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB que regulamenta o assunto, o emprego de recursos vinculados à educação no pagamento de inativos e pensionistas acabou sendo prática aceita em alguns entes da Federação. Nas discussões prévias à edição desta Medida Provisória, ficou acertado que essa prática estaria vedada com recursos do FUNDEB. Infelizmente, o dispositivo não foi incorporado à MP, o que está sendo proposto aqui por meio da inclusão de novo inciso no art. 23. Há, entretanto, neste ponto, a necessidade de realismo. É certo que, nos casos em que há a utilização de recursos da educação no pagamento de inativos e pensionistas, será impossível deixar de utilizá-los de um exercício para outro. Esta dificuldade certamente estará superada com a progressividade prevista em novo artigo proposto por esta emenda. Nele estabelece-se o prazo de quatro exercícios para a adaptação por parte dos entes interessados.

A derradeira contribuição trazida por esta emenda diz respeito ao montante de recursos que constituem os fundos que ficarão excluídos do cálculo da Receita Líquida Real – RLR. Para os entes da Federação participantes do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal o valor da RLR tem grande significado, pois serve de base para o pagamento da dívida com a União. A Medida Provisória em apreciação estabelece que apenas 5% de parte






CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal JOÃO OLIVEIRA

dos recursos dos fundos serão excluídos do cálculo da RLR. Nesta emenda, propõe-se que a totalidade dos recursos fique excluída do referido cálculo.

Sala da Comissão, 07 de fevereiro de 2007.


Deputado João Oliveira
PFL - TO

